

# ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2015 - ANO XXXIV, NÚMERO 8

## PEQUENOS ADULTOS

O Zero viajou ao Oeste de SC para entender a cultura que permite o trabalho de crianças e adolescentes no segundo estado, com mais casos registrados no país. **Pág 7, 8 e 9**

### MEIA-ENTRADA

Entenda o que muda com a regularização das carteirinhas unificadas. **Pág 4 e 5**

### SITUAÇÃO DE RUA

Entre lixo e violência, a magia da cidade acaba para alguns. **Pág 12 e 13**



# Após quatro edições, uma despedida

Iniciamos o semestre afirmando que o jornalista vê o mundo de forma diferente. Nos descrevemos como inquietos, sempre a procura do que outros tentam esconder. Tentamos de diversas maneiras mostrar o mundo por esta desta forma. Na primeira edição lidamos com um tabu e falamos de suicídio, expomos machismo no hóquei sobre a grama brasileiro e fomos ao Monte Cristo mostrar um outro lado de Florianópolis. Em outubro, um *Zero* mais político cobrou o cumprimento das promessas de campanha feitas pelo prefeito César Souza Junior e mostrou as propostas de todos os

candidatos à reitoria da UFSC. No mês seguinte, outro tabu: sexo. Falamos sobre a falta de espaço para as mulheres na pornografia, conversamos com a atriz pornô mais premiada do Brasil e falamos da vida daqueles que convivem com o vício em filmes adultos.

Para encerrar o ano, estreamos um novo projeto gráfico e procuramos, mais uma vez, temas diferentes e tratar de assuntos do cotidiano de uma forma não tão comum. Escrevemos sobre o trabalho infantil para mostrar como Santa Catarina ainda luta para erradicar a prática no estado. Sobre a violência e o preconceito sofridos pelos mo-

radadores em situação de rua da cidade e a nova lei de meia entrada, que afeta todos nós estudantes. Conversamos com o escritor Mário Prata, após uma palestra polêmica na 14ª Semana do Jornalismo na UFSC, e com o cineasta Dener Giovani sobre o documentário "Amores Santos", em que promete revelar a hipocrisia do discurso religioso em relação à homossexualidade.

Os 34 alunos responsáveis pelo jornal *Zero* neste segundo semestre de 2015 se despedem aqui após quatro edições muito trabalhosas, mas extremamente prazerosas de fazer. Desejamos a você uma ótima leitura!

## Nota da redação

A última edição do *Zero* de 2015 também encerra um ciclo de aprendizado não só para a turma que o produziu, neste semestre, mas, ainda, para quem teve o desafio de coordenar e motivar/orientar repórteres a realizarem grandes (e relevantes) reportagens para um jornal-laboratório impresso. Vivemos de tudo um pouco: as pressões do fechamento, abordagens de temas intrigantes e delicados, confronto de versões entre fontes, agruras de vencer limitações operacionais e, mais do que isso, lidamos, cotidianamente, com validação do nosso leitor que criticou e colaborou para que oferecêssemos informação jornalística útil e de elevado impacto social. Foram muitas conquistas nestes quatro semestres à frente do *Zero* que jamais serão esquecidas. Muito obrigado pela audiência. Até breve!

.....  
**Marcelo Barcelos**  
professor da disciplina

## ERRATA

Na edição de novembro de 2015, nº 7, escrevemos no crédito de capa "Setembro" no lugar de "Novembro".

Na página 3, o email correto do repórter é [reportervaldosantos@gmail.com](mailto:reportervaldosantos@gmail.com).

Na reportagem sobre assédio (páginas 12 e 13), o parágrafo sobre a personagem Denise Inácio aparece duas vezes.

## Conselho aprova adesão à Ebserh



O Conselho Universitário (CUn) da UFSC votou no dia 1º de dezembro e decidiu pela adesão do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A sessão ocorreu no auditório do Centro de Ensino da Polícia Militar e contou com a presença de 37 dos 67 representantes do conselho. A autorização para que a Reitoria e a direção do HU aderissem à Ebserh foi aprovada por 35 votos contra dois. No dia 24 de novembro, o CUn se reuniu na Reitoria para discutir o assunto e o encontro foi interrompido por manifestantes.

Em abril, a comunidade universitária participou de uma consulta pública sobre a adesão à Ebserh. De acordo com o plebiscito, 75,6% dos estudantes, 68,34% dos servidores e 37,94% dos professores foram contra a empresa. Enquanto o CUn não tomou sua decisão, diversos protestos foram feitos em defesa de um HU totalmente público, sem receber recursos de fontes privadas.

Para o Sindicato de Trabalhadores em Educação das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (Sintufsc), a adesão à Ebserh não vai solucionar a saú-

de pública no país. O coordenador-geral do Sintufsc criticou o fato de a reunião ter sido feita fora da UFSC. "A forma com que a administração encaminhou a proposta não condiz com a democracia da universidade. Foi feito um plebiscito e nada disso foi respeitado".

A presidente da Ebserh, Jeanne Michel, disse que a empresa não tem a intenção de prestar serviços ao sistema privado: "nosso objetivo é melhorar os hospitais universitários. A empresa foi criada como uma ferramenta de gerenciamento". Para os manifestantes a favor da atuação da empresa no HU, a adesão é a solução para os problemas de infraestrutura da instituição.

Cerca de 155 funcionários do HU, contratados pela Fundação de Amparo à Pesquisa Universitária (Fapeu), podem ser demitidos até o final de 2015. A contratação através de fundações era feita em todo país, até o Tribunal de Contas da União determinar o fim dessa prática há dois anos. Segundo o diretor do HU, Carlos Alberto Justo da Silva, "assim que o hospital aderir à Ebserh, os primeiros funcionários podem ser contratados mediante concurso, para substituí-los".

*Pela segunda vez, não publicamos o texto da crítica das edições passadas, de autoria da jornalista Laura Capriglione, nossa ombudskivinna, devido à sua indisponibilidade de produção*

\*\*\*\*\*  
**ZERO**

**JORNAL LABORATÓRIO ZERO Ano XXXIV - Nº 8**  
Dezembro de 2015

**PARTICIPE!**

Mande críticas, sugestões e comentários

E-mail - [zeroufsc@gmail.com](mailto:zeroufsc@gmail.com)  
Telefone - (48) 3721-4833  
Facebook - /jornalzero  
Twitter - @zeroufsc

Cartas - Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



Melhor Jornal Laboratório  
I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas



Melhor Jornal Laboratório  
EXPOCOM SUL 2015



3º Melhor Jornal Laboratório do Brasil  
EXPOCOM 1994



Melhor Jornal Laboratório do Brasil  
EXPOCOM 1994



Melhor Peça Gráfica Set Universitário/  
PUC-RS  
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

### EQUIPE

Amanda Reinert, Amanda Ribeiro, Ana Carolina Fernandes, Ariane Cupertino, Bruna Ritscher, Bruno da Silva, Daniella de Lima, Débora Baldissera, Dener Alano, Gabriel Lima, Gabriela Dequech, Gisele Bueno, Júlia Rohden, Juliano França, Karine Lucinda, Laura Prada, Leise Silva, Lillian Koyama, Luara Loth, Luiz Gabriel Braun, Marina Simões, Matheus Faisting, Mônica Custódio, Natália Huf, Paula Barbabela, Roberto Granzotto, Rubens Lopes, Sandy Costa, Sarah Laís, Simone Feldmann, Talita Burbulhan, Valdo Santos, Valmor Neto e Vinícius Bressan

### EDIÇÃO

Gisele Bueno, Paula Barbabela e Vinícius Bressan

### CAPA

Dener Alano

### PROFESSOR-RESPONSÁVEL

Marcelo Barcelos  
MTb/SP 25041

### MONITORIA

Ayla Passadori e Gabriela De Toni

### IMPRESSÃO

Gráfica Grafimorte

### TIRAGEM

5 mil exemplares

### DISTRIBUIÇÃO

Nacional

### FECHAMENTO

09 de dezembro



# Para escritor, jornalismo piorou

Referência na área, Mário Prata aponta um domínio de opiniões carregadas de ódio nas redações

**O** jornalista, escritor, dramaturgo e morador de Florianópolis há 14 anos, **Mário Prata** foi convidado da última palestra da 14ª Semana de Jornalismo da UFSC. Ao lado do cronista da Veja São Paulo Mattheo Shirts, Prata falou sobre jornalismo literário, jornalismo tradicional e humor, áreas em que trabalhou quando esteve em A Última Hora, Pasquim, Folha de São Paulo, Estadão e outras publicações em seus 69 anos de vida. A palestra acabou tendo como momento marcante uma discussão entre Prata e a plateia, devido a comentários do jornalista julgados como preconceituosos – por exemplo, “acho cota uma viadagem”. Como fechamento da Semana, fomos para o Bar do Servidores para um pão com lingüiça, onde Mário Prata conversou com o Zero.

**ZERO:** Da primeira edição da Semana de Jornalismo (da qual foi convidado) para cá, nesses 13 anos que se passaram, o que mudou no jornalismo?

**Mário Prata:** Ficou pior. Eu não tenho viajado muito. Eu não sei como é que tá o jornalismo lá fora... Mas tá um ódio muito grande no Jornalismo. Os colunistas, os articulistas viraram as estrelas do jornal e não o repórter.

**Z** O quanto o jornalismo literário pode salvar o jornalismo nessa crise?

**MP:** Não tá existindo mais jornalismo literário, sabe, porque a crônica virou artigo. Eu acho que hoje no Brasil não tem cinco cronistas.

**Z** Mas qual competência um jornalista tem que ter hoje para ser respeitado? Credibilidade?

**MP:** Os jornalistas que têm se destacado ultimamente na mídia brasileira são os articulistas, são os tendenciosos. Eles tão ali defendendo uma tese deles. Boa ou ruim, é outra história. Eles não tão fazendo jornalismo. Faz muito tempo que não surge um jornalista bom, um repórter bom. Por exemplo, eu me lembro que na *Playboy*, antigamente, o cara passava uma semana com o entrevistado. A volta do Getúlio ao poder, por exemplo, deveu-se ao Samuel Wainer, que tinha 30 e poucos anos. Ele tava indo pelo Diário Associados, pro Uruguai – ou Argentina – fazer uma matéria sobre um problema no trigo que ia afetar nossa economia. Aí ele tava sobrevoando, e o piloto de um avião pequenininho falou pro Samuel: “Essa fazenda é do Getúlio Vargas”. Samuel ouviu aquilo e falou: “Desce.” O cara desceu. E o Getúlio deu a entrevista. E o título era assim: “Diga ao povo que voltarei”. Isso foi em 48. Em 49 teve a eleição e ele voltou. Quer dizer, um jornalista que lançou a candidatura do Presidente da República, sabe, isso que não tem mais.

**Z** Essa semana, eu falei para algumas pessoas que ia te entrevistar, e muitas não te conheciam, mas uma referência bastou a todas: Bang Bang (novela escrita por Prata em 2005).

**MP:** Sei.

**Z** Foi um projeto bem pessoal, mas não teve uma audiência... tão grande.

**MP:** Foi... (começa a rir) Foi um fracasso, pode falar.

**Z** O público não estava pronto?

**MP:** Bang Bang eu acho que tava no horário errado, além de outros erros que tinha, a maioria meus. É um projeto que eu tinha há 20 anos, eu e o Luiz Fernando Carvalho. Aí o Luiz Fernando me ligou um dia e disse assim: “Ó, a Globo tá a fim de fazer”. “Mas do nosso jeito?” “É”. Fui lá conversar com o Mário Lúcio Vaz, que era o diretor-geral na época. O problema era o seguinte: ele queria dar uma chacoalhada no horário das sete, que a

classe D, E e F, que é a maioria da audiência, tavam começando a perceber que a novela das sete é a mesma há 30 anos – e é mesmo: os diálogos, o cenário, o figurino, tudo igual. E eles da Globo chamavam a novela (Bang Bang) de abusada, porque eu acho que a gente abusou muito, sabe? E o público não entendeu. 30% da audiência do primeiro capítulo não voltou pro dia seguinte. Bom, a novela cair de 37 para 29 demora uns dois meses, até a pessoa perceber que é ruim. Ali foi no dia seguinte. Então, a culpa foi de todo mundo, menos do público. Foi muito diferente, não foi melhor ou foi pior, foi diferente do que eles esperavam. Antes da estreia, o Gilberto Braga, num corredor da Globo, me falou assim: “Você tá trocando as areais de Copacabana pelas areias do Velho Oeste... Você vai se fuder.” E, realmente, me fudi (ri). Porque a novela era suja, as pessoas eram empoeiradas, tinha cocô de cavalo na rua.

**Z** Bom, eu vou fazer agora a pergunta que deu toda aquela confusão na hora da palestra: você acha que acabou o humor no jornalismo ou acabou aquele humor que explorava as minorias?

**MP:** Não, não. O humor, por exemplo, do *Pasquim*, não era assim, contra minorias. Era politicamente incorreto, mas não era assim. A palavra “politicamente correto” é foda. Era de um machismo o humor do *Pasquim* que as mulheres não choravam (*risos*) na palestra. Não defendendo o que eu falei, o que eu falei foi besteira. E não é também que as mulheres sabiam seu lugar; não é isso. Essa era uma piada do Millôr, uma piada famosa que dizia que no Brasil não existia racismo porque o negro sabia o seu lugar. Claro que isso é uma puta ironia.

**Z** Quem lê Millôr, sabe...

**MP:** Humor era feito com gays, com negro, não existia preconceito. Eu sou pardo, de Minas pra cima. Meu, a gente é pardo. Então é um absurdo delimitar que 20% merece cotas. O negócio é que devia combater a pobreza e investir na educação, mas não. Vira cota. Isso que sou contra. Não sou contra nem negro, nem pobre, pelo amor de Deus, mas não deu de explicar direito, ficou aquela coisa, sabe? Por exemplo, eu adoro o Cunha, ele é uma piada pronta. Foi lá na Comissão, disse que não tinha dinheiro em lugar nenhum do mundo. Hoje ele disse que foi de venda de carne. Pô, meu, isso aí, pra piada, é fácil, tá pronta. Que carne que ele andou vendendo? Cara de pau, falou que não tinha. Agora, tá dizendo isso. E ninguém perguntou, foi ele que falou. O Zé Simão pega bem essas coisas. Eu tô lendo ele agora porque assino a *Folha*. Ele é foda. Acho que é o único cara que tá fazendo humor na imprensa brasileira hoje. O Zé Dasilva, às vezes, dá umas acertadas muito boas. ☺

Leia entrevista completa na página do Zero no Medium (@zeroufsc)

Luiz Gabriel Braun  
luizbraun08@gmail.com



# Estudantes têm nova regra para compra de meia-entrada

Agora é lei: para ter o benefício, é preciso apresentar a carteira com padrão nacional

A compra de ingressos pela metade do preço por estudantes do ensino fundamental à pós-graduação para shows, sessões de cinema, peças de teatro, eventos educacionais e eventos esportivos agora só será possível com a apresentação da Carteira de Identificação Estudantil (CIE), documento padronizado em todo país. A regra passou a valer dia 1º de dezembro, como determina a lei 12.933, conhecida como a lei da meia-entrada.

A discussão começou há oito anos, com a apresentação de projeto de lei pelos então senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flávio Arns (PSDB-PR). Segundo os autores, a uniformização busca coibir a reprodução de cópias falsas do documento. A União Catarinense de Estudantes (UCE) trabalha com a estatística de que a cada sete carteirinhas de estudantes em circulação hoje no estado, apenas três são originais. Até novembro, qualquer estabelecimento de ensino ou associação estudantil podia produzir a carteira "possibilitando fraudes de todo o gênero, prejuízo aos estudantes e também aos empresários da atividade de lazer e entretenimento do país, que aumentam o preço das entradas, encarecendo e elitizando o acesso à cultura no Brasil".

A imposição obrigou o estudante de Cinema da UFSC, Danilo Fernandes Rossi, a solicitar o carteirinha. Até então, ele só utilizava o atestado de matrícula, emitido gratuitamente pela direção do curso ou pelo site da universidade, para ter direito à meia-entrada. "Entendo que há muitas carteiras falsas. Mas, no caso do comprovante de matrícula da UFSC, é possível checar a autenticidade. O preço é muito alto para um documento que tem que ser renovado todos os anos".

Para a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Carina Vitral, a aprovação da lei representa uma luta de dez anos do movimento estudantil para garantir a verdadeira meia-entrada. Segundo ela, a antiga legislação fez com que o desconto se transformasse em ilusão. "Com o descontrole causado pelas carteiras falsas, hoje ninguém paga meia-entrada. O estudante desembolsa o valor total e os demais, o dobro", analisa Carina.

## Cota para meia-entrada

O foco da lei não é a padronização das carteirinhas de estudante, mas a criação de regras claras para a meia-entrada. O desconto será válido tanto para estudantes, como para jovens de baixa renda, idosos e deficientes com acompanhante, quando ne-

cessário. Também assegura a reserva de 40% dos ingressos para essa faixa, o que para alguns pode dificultar o acesso mais barato aos eventos. Essa cota, segundo a presidente da UNE, foi delimitada a partir da média de ingressos vendidos pela metade do preço antes da MP de 2001. Atualmente, as casas relatam que entre 60% e 90% dos ingressos são destinados à meia-entrada e, com o novo piso, a quantidade ficaria à critério da organização. No entanto, produtores defendem que a mudança pode tornar os preços mais com-

## Poder de emissão em debate

O movimento estudantil também se divide entre os que são contra e a favor da padronização das carteirinhas. O que está em debate é que, atualmente, apenas a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess) e a UNE estão expedindo as CIEs, apesar de a lei também permitir outras entidades, como Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e Centros Acadêmicos (CAs). Isso por serem as únicas que detêm o padrão nacional. Para Henrique Martins, membro da União Catarinense dos Estudantes (UCE), a decisão impõe representatividade aos estudantes, que devem ter o direito de escolher qual entidade apoiam.

Por conta da uniformização do documento, afirma Carina, DCEs e CAs não poderão produzir o documento por conta própria. Funcionará assim: a entidade deverá se cadastrar no portal oficial. Com o seu perfil criado, poderão recolher e cadastrar os documentos dos estudantes interessados e ainda, padronizar o verso da carteira, atendendo assim a lei, que permite que até 50% da CIE tenha identidade visual da entidade que expediu. A

## A PADRONIZAÇÃO TEM DOIS OBJETIVOS: ACABAR COM A FALSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO E, AINDA, BARATEAR AS ENTRADAS

## Conheça a Carteira de Identificação Estudantil:

Foto 3x4 e dados do estudante e da instituição de ensino.



As carteiras não precisam ser idênticas. A lei permite que 50% do documento seja personalizado pelo emissor. Na prática, customização poderá ser feita no verso do CIE.

Dispositivos de segurança, como QR Code e tarja magnética no verso.

Ano de emissão. O documento terá validade até 31 de março do ano seguinte



presidente justifica esse modo de operação pela necessidade de se garantir a padronização das carteiras, que vai além do layout, incluindo dispositivos de segurança (veja no infográfico).

O presidente da UCE, Yuri Becker dos Santos, afirma que a atual gestão da união catarinense concorda com a decisão de, neste primeiro momento, o documento deve ser expedido apenas pelo portal, administrado pelas três instituições e, gradativamente, ser feito pelas uniões estaduais e pelos DCEs e CAs. Os presidentes da UNE e UCE lembram que há uma tarefa a ser cumprida antes das entidades estudantis se candidatarem a emitir as CIEs: estarem regularizadas. "O nosso movimento estudantil tem a característica de não ser burocrático", analisa Becker, mas "ter o estatuto e as atas de eleição e posse registradas em cartório, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ativo e conta bancária aberta são fundamentais". Por isso, a UCE aguarda a notificação da UNE para, com as regras em mão, iniciar uma campanha pelo estado. "Esta gestão da UCE tem como principal meta a regularização das entidades - DCEs, DAs e CAs. Se conseguirmos concluir isso até 2017, com certeza fecharemos com chaves de ouro", anuncia.

O Centro Acadêmico Livre de Jornalismo (CALJ) da UFSC é uma das entidades que começou o processo de regularização, mesmo antes de a lei entrar em vigor. Para isso, precisam estar em dia com a Receita Federal, o que alguns CAs não estão fazendo por causa dos valores altos. "Se a gente tivesse uma dívida alta provavelmente pensaríamos da mesma forma, mas como devemos por volta de 200 reais, decidimos que vale a pena regularizar pra não ter que pagar uma possível multa astronômica depois. Além disso, se tivéssemos um CNPJ regularizado, o dinheiro do caixa poderia ficar numa conta do CALJ, ao invés de ficar na conta do tesoureiro, como é agora", relata o membro da atual gestão, Victor Lacombe.

Não só para ser um ponto de emissão do cartão é necessário estar em dia com a documentação. Apenas metade do valor pago, 25 reais, é gasto na fabricação e o restante vai para a manutenção do movimento estudantil em toda a sua cadeia. Para isso, todos os elos devem ser filiados à entidade nacional - ANPG, Ubes e UNE. A distribuição do recurso será definido em regimento interno a ser votado ainda, respondeu Carina. Mas adiantou que seguirá um modelo de pirâmide, com os CAs recebendo o maior percentual, os DCE a segunda maior fatia e as entidades nacional e estadual, no caso a UNE e UCE, as menores. As entidades só receberão o percentual referente ao estudante que representa. Para ter acesso a esse repasse, as que ainda não estão regularizadas têm até 1º de dezembro de 2016, para se formalizar e ter direito ao repasse retroativo relativo às carteiras emitidas por seus representados ainda este ano. ☺

**Karine Lucinda**  
karine.lucinda@gmail.com  
**Lilian Koyama**  
lkoyama@gmail.com  
**Sandy Costa**  
sandycosta@gmail.com

## METADE DO VALOR PAGO PELA NOVA CARTEIRINHA DE ESTUDANTE SERÁ DESTINADA PARA MANUTENÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TODA SUA CADEIA - DOS CENTROS ACADÊMICOS À UNE

### Tire suas dúvidas:

#### O que diz a lei da meia-entrada?

Os estudantes terão direito à meia-entrada somente com a apresentação da Carteira de Identificação Estudantil (CIE), que seguirá um modelo nacional. A nova regra também obriga cada evento a reservar 40% dos ingressos para meia-entrada de estudantes, idosos, jovens de baixa renda e deficientes e um acompanhante, quando necessário.

#### Quem poderá emitir a carteira dos estudantes?

A CIE deve ser expedida pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e União Nacional dos Estudantes (UNE), entidades estaduais e municipais a elas filiadas, ou diretórios centrais dos estudantes (DCEs) e centros e diretórios acadêmicos, de nível médio e superior.

#### Como eu posso solicitar minha carteirinha?

Por enquanto, ela só pode ser solicitada pela internet, através do [www.documentodoestudante.com.br](http://www.documentodoestudante.com.br), administrado pela ANPG, Ubes e UNE. No portal, o estudante deve preencher o formulário e anexar os seguintes arquivos já digitalizados em formato JPEG ou JPG: foto 3x4; documento oficial que informe o seu RG; e comprovante de matrícula, que pode ser boleto da mensalidade com o respectivo comprovante de pagamento ou atestado de escolaridade.

#### Qual o preço?

O valor da CIE é de R\$ 25,00 mais frete único para todo o Brasil, totalizando R\$ 32,90.

#### Qual é o prazo de entrega?

O prazo de entrega é de trinta dias. Durante esse período, o estudante poderá usar o Documento Provisório, emitido após o pedido.

#### E a validade?

O documento será válido até o dia 31 de março do ano seguinte a expedição. Mas, nessa primeira edição haverá uma exceção. O estudante que já fez sua matrícula para o ano de 2016 pode incluir este novo comprovante de escolaridade, ao invés atestado de 2015. Assim, a validade da carteira será até 31 de março de 2017, bônus de quatro meses.

#### O que acontece se eu perder a minha CIE?

Ao fazer o pedido no [www.documentodoestudante.com.br](http://www.documentodoestudante.com.br), o estudante cria o seu perfil. Caso ele perca o documento, poderá solicitar uma segunda via, com o mesmo custo da primeira: R\$ 25,00 mais frete.

#### Quem tem direito à CIE gratuita?

A carteirinha gratuita é garantida a estudantes jovens de baixa renda, definidos também pela lei 12.933 como aqueles com idade entre 15 e 29 anos, em que a família tenha renda mensal de até dois salários mínimos e esteja inscrita no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, o CadÚnico. Esse jovens têm duas opções para ter acesso à meia-entrada: a apresentação da Identidade Jovem - documento emitido pela Secretaria Nacional da Juventude - ou a CIE.

Para solicitar a carteirinha do estudante, o jovem deve enviar e-mail para [sae@documentodoestudante.com.br](mailto:sae@documentodoestudante.com.br) com a mesma documentação - foto 3x4, documento oficial com RG e atestado de escolaridade - mais o comprovante da inscrição de sua família ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. O custo será bancado pela entidade que a emitir e nenhuma delas pode se recusar a fazer. Essa CIE deve ser exatamente igual às outras, tanto no padrão visual quanto nos prazos de entrega e validade.



# Um jogo bem pensado para quem não vê

O *goalball* é uma modalidade paralímpica praticada por cegos e que tem a UFSC como referência

O juiz apita e não há mais nenhum som no ginásio. No espaço, o único barulho que existe são os sinos de dentro da bola, que orientam cada movimento do corpo do jogador. Após o apito, a bola é batida com força no chão e o jogo começa.

Assim é o *goalball*, que diferente de esportes adaptados é uma modalidade inteiramente pensada e projetada para a pessoa com deficiência visual. O esporte foi desenvolvido em 1946 para reabilitar os soldados da Segunda Guerra Mundial que perderam a visão durante os confrontos. Virou modalidade Paralímpica em 1980 com equipes masculinas e, em 1984, com equipes femininas.

Apesar de ser pouco conhecido pelos acadêmicos de fora do Centro de Desportos (CDS), a modalidade é praticada na UFSC há mais de 18 anos. Em 1997, os professores Luciano Lazares Fernandes e Angela Terezinha, implementaram o treinamento da modalidade para os membros da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), criando o projeto de extensão "Sábado no Campus". Além do *goalball*, o projeto ministrava treinos de basquete, atletismo, dança e outros esportes adaptados. Por iniciativa da reitoria, a partir de 2000, os treinos, antes realizados nas quadras externas, passaram a acontecer dentro dos ginásios e o projeto se tornou aberto para toda a comunidade.



A equipe da UFSC é a melhor do estado e uma das melhores da Sul do Brasil



Diferente dos esportes adaptados, o *goalball* foi inteiramente projetado para pessoas com deficiência visual

Também em 2000 o time formado na UFSC participou pela primeira vez de uma competição regional e conseguiu a classificação da equipe feminina no campeonato nacional. Com a intensificação dos treinos, os atletas foram se desenvolvendo até serem referência da modalidade em Santa Catarina. Paulo Roberto Homem, um deles, conheceu o *goalball* em 2003, após ter abandonado o atletismo por conta de uma lesão no pé. Com uma doença degenerativa, o paratleta começou a perder a visão aos 14 anos e hoje faz parte da categoria B2, de cegos com baixa visão. Em 2008, participou da Paraolimpíada na China, onde conquistou o seu maior

objetivo: "Sempre tive essa ambição de participar de jogos internacionais. Me identifiquei muito com o *goalball* e vinha fazendo competições boas no Brasil quando fui convocado. Era uma coisa que eu vinha procurando, e dei sorte de ser convocado para a principal competição do planeta".

A história de Paulo se destaca no time da UFSC, porém não é a única. A paratleta Rosângela Castro veio para Florianópolis há 20 anos para fazer habilitação na ACIC. Entre os sete irmãos de sua família, apenas dois não têm a visão afetada. Através do professor Fernandes conheceu o esporte e participa dos treinos. É uma das jogadoras mais experientes e em 2003 foi convocada pela seleção brasileira para jogar em Quebec, Canadá. Para Rosângela, o *goalball* é muito mais que um esporte e grande parte de sua habilitação e inserção no convívio social vem dele: "No meu ponto de vista, ele trabalha bastante com a orientação espacial,

possibilita tu ter uma atividade física, que é superimportante para saúde também". O *goalball* tem papel fundamental na vida de quem opta por aprender o esporte. Sua prática auxilia na coordenação, audição, equilíbrio e noções de espaço dos jogadores.

O atual treinador dos paratletas da UFSC, Roger Lima Scherer, está envolvido com o projeto "Sábado no Campus" desde 2004, no início da graduação. Quando se interessou pelo esporte não sabia exatamente o que era e tinha uma percepção completamente diferente da que tem hoje.

## O JOGO FOI CRIADO PARA REABILITAR OS SOLDADOS DA SEGUNDA GUERRA

"Cego para mim era aquele cara que andava com uma bengala no dia a dia. A partir do momento que conheci o esporte, comecei a abrir um pouco mais os olhos e ver que aquelas pessoas apenas não enxergavam". Muita coisa mudou desde sua entrada no projeto. Buscou na psicologia do esporte meios de otimizar os treinos e a partir disso construiu o *goalball* que é jogado hoje na universidade. Com a mudança dos treinos percebeu que a equipe passou a ter mais qualidade de jogo e quantidade de atletas, chegando a ganhar campeonatos regionais e conseguindo boas colocações nos nacionais. No total, o time feminino trouxe o ouro pra casa nos últimos sete Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (Parajesc), com exceção de 2015. Em cinco dessas edições, o masculino também voltou campeão. Hoje é a melhor equipe de *goalball* de Santa Catarina e uma das melhores da região Sul.

Em uma comparação mais ampla, o esporte no Brasil está muito bem colocado, tendo a equipe masculina como a melhor do mundo e a feminina como segunda. O time masculino é o atual campeão do Parapan, e a equipe feminina conseguiu a quinta colocação no último campeonato. Segundo o treinador Scherer, hoje o campeonato brasileiro é um dos mais fortes do mundo, "o *goalball* brasileiro é espelho para o mundo".

Ariane Cupertino

ariane.mcupertino@gmail.com





Os jovens trabalham seis horas por dia, sem equipamento de proteção

## SOCIEDADE

# A naturalização do trabalho infantil em SC

O estado é o segundo que tem mais crianças e adolescentes em condição de trabalho; a situação é comum tanto no campo quanto na cidade



**T**rês vezes por semana, os irmãos Felipe\* e Diogo\* ficam sujos de carvão após as seis horas de trabalho na empresa Carvão Nobre, sem qualquer proteção, em uma carvoaria no interior de Vargem, cidade de três mil habitantes no Oeste catarinense, 35 km distante de Campos Novos. Pela cidade, fala-se que o local onde embalam os carvões está desativado. Até mesmo um dos dois únicos policiais militares do local confirma a informação equivocada. O galpão de madeira fica nos fundos da casa do proprietário, rodeado por árvores e barrancos, às margens de um dos rios da cidade. Uma lona laranja protege da chuva o carvão e a máquina que fecha os pacotes, mas dos lados do galpão não há proteção alguma. O trabalho segue normalmente, apenas os fornos parecem desativados. Ninguém faz a supervisão do trabalho dos dois adolescentes. A pessoa mais próxima do lugar é o filho do dono da empresa que tem 17 anos, a mesma idade de Felipe, o irmão mais velho. Enquanto os dois trabalhavam, o filho do empresário estava dentro de casa usando computador.

A matéria-prima chega embalada em sacos plásticos com cerca de 20kg. Os meninos ficam encarregados de fazer a classificação do carvão, separando em pedaços menores e retirando o excesso de fragmentos, além de encher os pacotes e lacrá-los. Depois colocam tudo na caçamba de um caminhão para ser distribuído em outras cidades. Ao lotar o carregamento, o expediente chega ao fim. Até pouco tempo, a máquina que lacrava os pacotes dava choques. Para resolver o problema, a solução encontrada foi colocar uma madeira como isolante. Os irmãos recebem R\$ 50 por dia de trabalho. Mais do que recebiam no cultivo de fumo: R\$ 35. “No início, foi difícil me acostumar, mas hoje é só tomar um banho”, conta Felipe, desconsiderando em seu relato os efeitos que o contato direto com o pó do carvão causa nas vias respiratórias.

Felipe começou a trabalhar aos 12 anos em uma plantação de fumo, propriedade de uma família vizinha. Ali, a exploração do trabalho infantil durou por um ano. O trabalho de menores de 18 anos em atividades que envolvam esforço físico intenso, exposição a agrotóxicos e substâncias tóxicas são proibidos e fazem parte da lista

das piores formas de trabalho. Em vigor desde 2000, o decreto Nº 6.481 proíbe que crianças e adolescentes estejam envolvidos em atividades que constam na lista. Para o garoto, ter deixado o fumo pelo carvão lhe pareceu uma mudança vantajosa: trabalho menos exaustivo e um aumento no pagamento. Hoje, Felipe sonha em ter carteira assinada e trabalhar em um frigorífico. Por terem aula em período integral, três vezes por semana, no programa Ensino Médio Inovador, eles intercalam o trabalho com a escola. Os meninos não pararam a atividade para conversar: tinham pressa em terminar o carregamento antes da chegada do dono. Diogo, o mais novo e mais tímido, começou a trabalhar no ano passado e, diferente do irmão, não vê grandes atrativos na escola. Não lembra mais se foi reprovado. Na última compra de mercado que a família fez, os meninos ajudaram com R\$ 290 e contam a novidade com orgulho. Por mês, juntos, ganham R\$ 800. Dizem que começaram a trabalhar não por necessidade, mas para ganhar o próprio dinheiro desde cedo e ainda conseguir ajudar em casa. Eles têm uma explicação para isso: “Quem ajuda a comer pode ajudar a pagar”.



## OS NÚMEROS DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL VINHAM DIMINUINDO NOS ÚLTIMOS ANOS, MAS AUMENTARAM QUASE 10% EM 2014

Em outra propriedade, a produção de carvão pode ser percebida de longe por causa da fumaça causada pela queima da madeira que é vista desde a BR-282, rodovia que liga Florianópolis ao interior do estado. Com acesso por uma estradinha de terra, chega-se à casa de uma família encarregada de colocar a madeira dentro de quatro fornos. De lá, são retirados em média 113 sacos de 20kg de carvão a cada queimada, que depois são transferidos para sacos menores de 3kg. Cada pacote é vendido no mercado por cerca de R\$ 5. Em meio à mata, no alto de um barranco, a pergunta "quem trabalha aqui?" é respondida por João Jair, 38 anos, da seguinte forma: "minha família". Em seguida, o homem garante que apenas trabalham com a produção o pai e o filho, que teria 18 anos. O garoto voltou a estudar recentemente, pois o Conselho Tutelar recebeu a denúncia de que ele estava trabalhando. Por conta dos anos de serviço durante a adolescência, ele ainda está no nono ano. O rendimento mensal da família, de seis pessoas, sem os benefícios sociais do governo, é de R\$ 1.300. O dono da empresa convenceu Jair a sair do Paraná, onde produzia carvão há 12 anos, e trabalhar, sem carteira assinada, na Vargem, em troca de R\$ 20 pelo metro de madeira, e uma casa para morar com sua família.

Fotos: Dener Alano/Zero



A conselheira tutelar de Vargem, Marivane Nazário, relata que o único caso de denúncia de trabalho infantil em que atuou foi em relação a um menino de 13 anos que passava veneno nas madeiras da Serraria da cidade. "Se tem criança trabalhando, os vizinhos ligam na hora. Todos têm medo do Conselho Tutelar e costumam acatar".

"Mas uma coisa é trabalho infantil, outra é exploração ou escravidão. O problema é o trabalho que acontece mediante apanhar", amenizando o caso da Serraria, onde não enxerga a exploração. Para o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina é considerado trabalho infantil quando "a criança começa a produzir para a família ou para quem emprega e não quando acompanha alguém para ver como é feito". O procurador também afirma que em casos de trabalho irregular o Ministério Público retira as crianças e encaminha para projetos sociais. O MP instaura uma investigação para apurar os fatos. Nas ruas da cidade, paramos jovens para conversar sobre suas experiências com o trabalho. Todos relataram terem começado a trabalhar antes dos 18 anos, muitos já aos 14. A primeira função geralmente é na lavoura de fumo ou na construção civil. Todos os relatos fazem referência a ganhos menores que um salário mínimo, informais e com jornadas de trabalho integrais. Não é apenas nas zonas rurais que o trabalho infantil não é uma exceção.

Na zona rural de Campos Novos, a 5km da margem da BR-282,



moram duas famílias que seguem o modelo de agricultura familiar, predominante no estado de Santa Catarina. Jennifer\* é filha de dois produtores de leite. A família vende para a empresa Tirol e são levados pela marca de laticínios cerca de seis mil litros do líquido por mês. A menina que hoje tem 11 anos, começou a ajudar a família aos oito. Vai para a escola no período da manhã e à tarde ajuda na ordenha das vacas — o trabalho tem que ser feito duas vezes ao dia; a pressão do acúmulo do leite pode causar mastite nos animais. Quando ajuda a família, formada pela avó, a mãe grávida e o pai, faz um pouco de tudo. Auxilia na ordenha, na alimentação das vacas e dos bezerros e na limpeza do estábulo. O primo de Jennifer é a pessoa com a idade mais próxima da menina nas redondezas. Emerson\*, 15 anos, ajuda a família desde os sete anos. Antes, os pais do garoto também produziam leite, mas, com o aumento das exigências para venda do produto, migraram para a criação de gado. "Agora com o gado é sossegado, antes era muito cansativo. Tirar leite dói as costas, tem que ficar abaixado por bastante tempo", conta o garoto.

Em novembro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que todo ano desenvolve um estudo sobre a condição econômica e social dos brasileiros. Os números do trabalho infantil estavam diminuindo na última década, mas em 2014 a quantidade de crianças expostas a essa condição aumentou quase 10%. A pesquisa ainda mostra que a idade média das crianças é de cinco a 13

### "CRIANÇAS EM UM CONTEXTO DE EXPLORAÇÃO DA FAMÍLIA, ONDE A TRADIÇÃO DO TRABALHO SE MISTURA COM AS FORMAS CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO"

anos e, normalmente, elas ficam mais de 14 horas trabalhando. Santa Catarina ficou na segunda posição entre os estados que têm crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho, atrás apenas do Piauí.

Uma das causas do aumento do trabalho infantil pode ser a crise econômica em que o país se encontra e consequentemente, a queda na renda de algumas famílias. Soraya Franzoni Conde é filha de mãe boia-fria e desenvolve estudos sobre o trabalho infantil no campo. "Dado o cenário da crise e a pressão para que o governo pague a dívida pública, através da diminuição de gastos com a saúde, com educação e com a área social, nós teremos mais crianças trabalhando, porque o corte em programas sociais, sem dúvida nenhuma, repercutiu sobre isso. Então, se o dinheiro para escola em tempo integral vai diminuir, se o dinheiro para os programas sociais vão diminuir, isso vai repercutir em várias questões sociais, entre as quais se encontram o trabalho infantil", afirma a pesquisadora.

Apesar de 90 escolas terem sido fechadas ano passado na área rural em Santa Catarina, um dado que contrasta com essa situação é a de que 96% das crianças que trabalham também estão estudando. "Embora a escola não dê conta de acabar com o trabalho infantil, porque quando a criança sai da escola, se precisar, ela continua trabalhando no final de semana e nas férias escolares, a gente sabe que o

tempo que a criança está na escola ela não está trabalhando. Então, de qualquer forma, mesmo que não dê conta de acabar com o problema, a escola diminuiu consideravelmente o trabalho infantil", explica Soraya.

O Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP), é uma organização não governamental que atende cerca de 370 crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no bairro do Monte Cristo, em Florianópolis. Os adolescentes participam de atividades educacionais no contraturno escolar. Elas vão para a escola em um período, e no outro fazem atividades promovidas pelo CEDEP. As crianças possuem entre 5 e 15 anos e são de vários bairros da cidade, mas as que têm prioridade são as que vivem na comunidade do Monte Cristo. Mônica Vieira Cabral trabalha no setor de serviço social da ONG e garante que a ideia de que a criança é um pequeno adulto na capital do estado é tão forte quanto no interior.

"O trabalho infantil é uma cultura mesmo da cidade, não só do interior. A gente se engana. No interior, já tem aquela ideia preconcebida. Os filhos são feitos para trabalhar na lavoura e ajudar no sustento. Aqui criança é babá e assim deixa de ir para a escola e no projeto para cuidar dos irmãos. Na comunidade, acontece isso com 90% das nossas crianças. Eles também ajudam os pais em bar, na construção civil. E a gente tem que negociar com as famílias, porque é uma cultura que não dá pra romper simplesmente. Temos um controle de faltas, quando eles começam a não comparecer às atividades aqui, já começamos a ligar para ver o que está acontecendo", conta Mônica.

Júlia\* de 11 anos, é um exemplo de algumas das meninas que moram na comunidade do Monte Cristo e que desde cedo realizam boa parte dos serviços domésticos. Participar das oficinas oferecidas pelo CEDEP e jogar futebol com as amigas são duas das atividades preferidas da pré-adolescente. Frequentemente reclama quando é obrigada a deixar de ir à ONG para cuidar da irmã mais nova. Apesar disso, Júlia entende que a ajuda que dá à mãe é necessária.

Tanto membros do CEDEP quanto outras pessoas da comunidade denunciam casos de trabalho infantil na região ao Conselho Tutelar. Se for confirmado, as crianças são direcionadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Florianópolis, o PETI, que realiza há 15 anos o atendimento às famílias nesta situação. O principal desafio do programa é a identificação dos casos. "As famílias têm dificuldades de entendimento e a necessidade de consumo dos jovens dificulta tudo", afirma a assistente social Isabella Régis da Silva, coordenadora do PETI de Florianópolis. Hoje o programa tem identificadas 190 crianças que trabalham em comércios familiares, ambulantes, serviços domésticos e construção civil.

Na periferia de Palhoça, na Grande Florianópolis, todas as cinco filhas da faxineira Odete, 51 anos, foram ensinadas a trabalhar, acompanhando a mãe nas casas, fazendo os serviços domésticos e, principalmente, cuidando das irmãs mais novas. Mesmo que o marido de Odete ajudasse nos afazeres domésticos, o casal trabalhava o dia inteiro e não tinha a quem recorrer para cuidar das crianças. Além da justificativa sobre a necessidade, Odete



- 1 - A madeira é retirada da mata próxima da propriedade
- 2 - Os fornos são vedados para o fogo se apagar sozinho
- 3 - O carvão passa por uma peneira que separa fragmentos e pó
- 4 - Após serem lacrados, os pacotes vão para distribuição

acredita que era positivo para as meninas aprender a trabalhar cedo. "Eu não sabia se elas iam casar e com quem. Teriam que trabalhar, então o melhor era que aprendessem o quanto antes". Nenhuma das filhas chegou ao Ensino Médio. A mais velha, hoje com 32 anos, engravidou quando estava na 8ª série e parou de estudar.

A pesquisadora Soraya Franzoni afirma que hoje não há nenhum agricultor familiar no Estado que não esteja inserido no mercado capitalista. "A família tem que produzir a preços super baratos para o uso em quantidades maiores. Nisso entra o trabalho da criança dentro da propriedade agrícola familiar. Então, o que você tem, crianças em um contexto de exploração da família, onde a tradição do trabalho pela experiência se mistura com as formas capitalistas de produção na atualidade".

\*Os nomes dos entrevistados foram alterados

\*\* Entramos em contato com a carvoaria e não tivemos resposta

Amanda Reinert  
amanda.reinert94@gmail.com  
Ana Carolina Fernandes  
anacarolinafernandesm@gmail.com  
Dener Alano  
deneralano@gmail.com  
Luara Loth  
luaraw.loth@gmail.com



Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Santa Catarina é o segundo estado brasileiro com mais crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho

"NO INÍCIO FOI DIFÍCIL ME ACOSTUMAR, MAS HOJE EM DIA É SÓ TOMAR UM BANHO" DIZ FELIPE, QUE RECEBE 50 REAIS POR DIA



# Baleado acusa PM de forjar provas

Absolvição de Giovanni Fachin por porte ilegal de arma pode abrir caminho para nova investigação

**G**iovanni Fachin, 32 anos, é réu primário em um processo por porte ilegal de arma. Quando foi preso, no dia 6 de outubro de 2014, tinha ido à praia fotografar o eclipse vermelho, levou um tiro de um policial militar, munido de uma pistola calibre 40, na Ponta das Campanhas, entre as praias da Armação e Matadeiro. Fachin não tinha antecedentes criminais. Ele caminhava no trapiche em direção à praia quando viu um homem apontando uma arma para Aracídio de Freitas Barbosa Neto, amigo que o acompanhava. Assustou-se e correu. Fachin conseguiu se esconder, sentado entre as pedras no lado direito da ilha, quando foi surpreendido pela luz de uma lanterna. Os policiais alegam que atiraram em Fachin em legítima defesa. O réu e a testemunha garantem que Fachin nunca andaria armado e acusam os policiais de forjar o flagrante.

Na primeira audiência, realizada na 3ª Vara Criminal, em agosto deste ano, o policial que efetuou o disparo apresentou sua versão: “o que observei foi uma arma de fogo apontada para a gente, a cinco ou sete metros. O meu colega verbalizou e eu efetuei o disparo. Não vi se acertei (...)”. O promotor de Justiça perguntou: “você lembra para onde mirou?”. E o policial militar, hoje com 21 anos e dois anos de carreira, fardado, respondeu: “apenas fiz a visada e disparei. Foi tudo muito rápido”. Fachin, mesmo baleado, levantou-se e correu em direção a um gramado onde os pescadores estendem redes de pesca, mas tropeçou e foi alcançado pelos dois policiais, que apreenderam uma máquina fotográfica semi-profissional.

O tiro deixou duas marcas: um orifício pequeno na metade esquerda do tórax e uma marca irregular abaixo da axila esquerda. Em 24 de novembro, Fachin descobriu que o exame de corpo de delito que fez, depois de receber alta do Hospital Governador Celso Ramos, no Instituto Geral de Perícia (IGP), levado pela Polícia Civil, não consta nos registros. Fez outro, dois dias após a segunda audiência, com o intuito de provar que foi atingido pelas costas. “Eu fui orientado pelo delegado da polícia civil a pedir que a médica examinasse bem o ferimento, mas quando perguntei a ela se precisava tirar o curativo, a doutora respondeu que — não poderia refazê-lo. Sequer chegou a me tocar”. Fachin permaneceu em uma cela com 12 outros presos mas na mesma noite, conseguiu o alvará de soltura e aguarda o processo em liberdade.

Já no primeiro interrogatório na Polícia Civil, Neto e Fachin, separados, alegavam que tinham tirado mais de 40 fotografias da lua cheia e da praia. No registro da Civil, eles relatam que se surpreenderam ao passarem as fotos e não encontrar as daquela noite. Primeiramente, o promotor considerou que não seria relevante pedir uma perícia na máquina fotográfica apreendida. Porém, na segunda audiência, na presença de outra juíza, resolveu solicitá-la para saber se as fotos foram apagadas e se há como recuperá-las. Os policiais foram perguntados sobre a câmera e ambos dizem não lembrar se mexeram nela.

Aracídio Neto estava a uns 30 metros de distância de Fachin, quando foi abordado pelo PM que dispararia contra o amigo. Neto carregava uma bolsa com cervejas e era acompanhado pela cadela de estimação. Vinte minutos antes, a dupla fumou maconha. Fachin, ao contrário do amigo que tinha seguido pela areia, estava no trapiche. Segundo sua versão, ficou assustado quando viu Neto sendo abordado por um homem que não teria se identificado como policial. Decidiu correr e seus passos ecoaram. O segundo PM seguiu Fachin, engatilhando a arma. O outro policial também saiu atrás do fugitivo. Fachin se deu conta de que era perseguido pela polícia, mas não parou, pois guardava dois

cigarros de maconha. Já sem a droga, entre as pedras do lado direito da ilha, ele conta que foi surpreendido pelos policiais. Fugiu novamente, seguindo pela trilha. O amigo, já longe da praia, escutou um estrondo.

Caído, ele alcançou a máquina fotográfica para registrar a ação. Relata que um policial deu um soco no seu rosto e outro desferiu um chute nas costas. “Por que fizeram isso?”, perguntou, percebendo que a bala não era de borracha. “Porque morto não fala”, teria escutado Fachin.

Fachin, que mora com a mãe idosa, e estava desempregado, trabalhou em vários estabelecimentos comerciais, somando cinco anos de carteira assinada. Relata que no dia da prisão completava duas semanas cuidando do filho de quatro anos em tempo integral e que sua esposa tinha voltado do trabalho para assumir a tarefa. Combinou com o amigo Neto de fazer uma pizza, tomar cerveja e fumar na praia. Os dois são companheiros de trilhas há 15 anos e Fachin faz registros fotográficos dos passeios. Neto, geógrafo, é condutor cultural e ambiental. Em 2014, era guia na Ilha do Campeche. “Como ele estaria armado se estávamos subindo e descendo pedras, com roupa de praia, chinelo?”, argumentou frente ao promotor.

O PM que entregou ao delegado um revólver calibre 38, em mau estado de conservação, soube da ocor-

## A ARMA FOI LEVADA AO DELEGADO QUASE QUATRO HORAS DEPOIS DA PRISÃO

rência pelo rádio e chegou ao local, após o socorro do SAMU. O Boletim de Ocorrência informa que a prisão foi realizada às 23h55 min. Está registrado no depoimento deste policial que “por volta das 3h30 min da manhã, após buscas na ilha para encontrar o revólver que teria sido jogado por Fachin, o declarante logrou êxito em encontrá-lo”. Posteriormente, identificou-se a numeração, mas não constava no Registro Nacional de Armas. Em juízo, ele declara que não juntou o revólver do chão, mas fez o registro e prestou o depoimento por ser o mais velho entre aqueles que fizeram a varredura. Esse grupo era formado pelos dois policiais presentes no momento da abordagem, ambos com pouco mais de um ano de polícia, e os dois que se deslocaram em apoio à operação. O promotor de Justiça questiona o motivo de o revólver não ter sido recolhido antes de o preso ser levado à base da Armação.

Os policiais presentes contam que Fachin largou o revólver quando ainda estava nas pedras, ao lado da trilha. Em depoimento, o parceiro do autor do disparo descreveu o que teria visto: “No momento que ele caiu, o vimos dispensando a arma e correndo. A arma ficou ali. A gente não pegou, porque fomos atrás dele. A nossa prioridade era pegá-lo”. No entanto, o último PM a prestar depoimento, já na segunda audiência, “acha” que a arma estava em outro local, perto de onde os pes-



Primeiro exame de corpo de delito não consta nos registros do Instituto Geral de Perícias

cadores estendem as redes de pesca.

O promotor também indaga sobre a necessidade dos dois PMs terem solicitado reforço para localizar o revólver, já que alegam terem visto o acusado se livrar dele. O tempo de procura também varia, conforme os depoimentos. Para o policial que a entregou, foram cerca de 15 minutos. Já o último a depor calcula que teria levado quase uma hora para localizar. Nenhum dos quatro assume ter juntado a arma do chão.

Na primeira audiência, em 26 de agosto de 2015, os dois policiais que participaram da ocorrência se recusaram a prestar depoimento na frente do réu. O juiz substituto negou o pedido e o promotor questionou a postura: “Em 25 anos, é a primeira vez que vejo um PM não querer depor na frente do acusado”.

O advogado do réu Alexandre Neuber crê na absolvição. Segundo a defesa, “não há dúvida de que eles plantaram a arma, porque viram que cometeram um erro. Depois da absolvição, vou tomar todas as providências para que os policiais respondam por isso e sejam expulsos”. Questionado sobre o motivo de a defesa não ter acionado a Corregedoria da PM para pedir pela apuração do suposto crime, Neuber entende que, juridicamente, nenhum inquérito policial será instaurado antes do fim do processo. A falta de evidências materiais pode também ser decisiva.

A perícia criminal-bioquímica do IGP aboliu, sob justificativa técnica, a pesquisa de pólvora nas mãos e vestes do acusado e também a prova sobre tiros recentes. As digitais também não foram colhidas.

Com voz embargada, Fachin confessa que nos primeiros meses avaliava se não teria sido melhor ter morrido. Separou-se da esposa, perdeu o apetite, ficou sem vontade de trabalhar, está sendo sustentado pelos pais, quase não sai de casa e bebe todos os dias.

O prazo para as respostas dos ofícios ao IGP e ao Hospital Celso Ramos é 24 de dezembro de 2015. Em seguida, as partes terão dez dias para apresentar as alegações finais. Fachin aguarda o resultado do exame de corpo de delito que fez recentemente, pois tanto o prontuário médico quanto o exame anterior, solicitados pelo Fórum, não resolveram a dúvida sobre a entrada e saída da bala de seu corpo. ☺





O serviço ocorre até duas vezes por semana nos bairros. Nas áreas comerciais, quase todos os dias.



Talita Burbulhan/Zero

## COLETA SELETIVA

# Na levada do lixo, a saga dos que vão na rabeira

No fundo do caminhão, garis misturam materiais recicláveis com bom humor

**N**a manhã de quarta-feira, Paulo interrompe o trabalho por um instante e se distrai: “isso aqui ó, faz lembrar o meu time”, brinca o vascaíno, jogando uma lanterna para fora do caminhão da coleta seletiva. Junto ao colega de trabalho, Rudinei, arremessa longe o restante dos sacos, garrafas e papelão espalhados pelo bagageiro. Estão na primeira coleta do dia, interrompida para descarregar a tonelada e meia de sacos recolhidos no decorrer do percurso. Toda vez que o caminhão lota é assim: o lixo é levado para um dos pontos de doação da Companhia de Melhoramento da Capital (Comcap), depois retornam para rua. Existem três associações de catadores que recebem cerca de 50% da produção da coleta seletiva da Comcap, o restante é enviado aos parceiros espalhados pela Grande Florianópolis. Dessa vez, Paulo e Rudinei estão descaregando na Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), enquanto o motorista, Oscar, espera.

O galpão da ACMR é um aglomerado de papéis, metais, vidros e plásticos descartados diariamente pela população de Florianópolis. Os cerca de 60 associados passam o dia mergulhados em um mar de lixo, fazendo a separação dos resíduos, cada um com uma cotação diferente no mercado. O

papel paga melhor, enquanto o vidro é o mais desvalorizado. A recente parceria com uma empresa de São Paulo melhorou a situação, agora recebem R\$ 0,13 por quilo. Mesmo custeando o frete de cerca de R\$ 2 mil, o negócio é mais vantajoso do que a venda para o mercado local, que pagava quatro vezes menos. “Isso quando não vinham buscar de graça, pois sabiam que o estoque ficava cheio demais”, relembra Volmir, chefe da associação.

## FLORIANÓPOLIS É UMA DAS CINCO CAPITALS QUE MAIS RECICLA

Bagageiro limpo, hora de voltar para as ruas. Oscar dá a partida e o seu supervisor atualiza os dados na prancheta: veículo 360 de volta ao roteiro S544. Paulo e Rudinei se apertam na boleia e só saem da cabine quando o caminhão chega na rua principal da Carvoeira. Lá, recomeçam a corrida pelos materiais recicláveis.

A coleta seletiva é realizada em Florianópolis há quase 30 anos, sendo a primeira cidade a implementá-la no Brasil. Ano passado, 7% do lixo produzido pela população da cidade foi reaproveitado, o percentual coloca o mu-

nícipio entre as cinco capitais que mais reciclam no país. As 178,5 mil toneladas restantes têm como destino o aterro sanitário, alternativa que, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, deverá ser cada vez menos utilizada. Para se adequar às exigências da legislação, o Ministério do Meio Ambiente junto à Prefeitura de Florianópolis fizeram, em 2012, um repasse de R\$ 266 mil para a elaboração de um Plano Municipal de Coleta Seletiva, que previa para 2015 o recolhimento de cerca de 40 mil toneladas de lixo reciclável. Até novembro foram contabilizadas 10.564 quilos de jornais, caixas de papelão, latas, isopor e garrafas de vidro, como as que Paulo coloca dentro do caminhão. Agora contam com a ajuda de Lidimar, o terceiro gari da equipe, que ficara aglomerando o lixo de cada uma das casas para adiantar o serviço.

“Olha pra essa sua mão, tá parecendo um pãozinho”, brinca Paulo, quando reencontra o colega. Por conta do inchaço e da dor, Lidimar não usa uma das luvas de proteção. Dias atrás escorregou enquanto recolhia os sacos na rua. O médico entendeu que era caso para um só dia de atestado. Apesar de ser o mais brincalhão, Paulo também é alvo de chacota dos companheiros, que o chamam de Nariga: “se for me fotografar tem que ser de frente, porque de lado estraga tudo”. A des-

contração ajuda a amenizar o esforço físico de um trabalho que é feito de porta em porta, salvo nos lugares em que o caminhão não consegue chegar. Nesses casos, fica ao cargo dos moradores levar o lixo para a rua mais próxima da coleta.

A coleta seletiva beneficia o meio ambiente e traz vantagens sociais, como a geração de renda e oportunidade de trabalho para cerca de 350 pessoas. Em contraposição, é quatro vezes mais cara do que a convencional, por conta dos longos deslocamentos e da centralização dos serviços. No dia a dia, os inconvenientes do trabalho são outros: “Ih, quebrou”, nota Paulo quando ouve o barulho do vidro rompendo e sente o cheiro de vinho se espalhando pelo ar.

Quando o caminhão termina a subida, Oscar para sem desligar o motor e fica aguardando os garis passarem de casa em casa. Rudinei reconhece a mulher loira que sai do sobrado, carregada de materiais: “é aquela que trabalha com o Hélio Costa”, comenta. Descontraído, faz um apelo quando ela se aproxima “diz pra ele parar de falar mal da gente, moça”, referindo-se aos comentários feitos pelo jornalista em prol da privatização da Comcap.

Os trabalhadores entraram em greve duas vezes neste ano: em agosto, por dois dias, exigindo que a prefeitura apresentasse um cronograma de pagamento das dívidas previdenciárias e trabalhistas da empresa. E em novembro, por um dia, para pressionar o poder municipal a pagar os vales alimentação e transporte. Segundo o Sindicato, a cada ano a demanda pela coleta de lixo aumenta, enquanto o prefeito diminui os recursos da Comcap e não cumpre o que é definido pelo orçamento municipal. Em janeiro de 2014, foi aprovado o repasse de R\$ 143,3 milhões do executivo para a empresa, mas o valor dado até o fim do ano foi de R\$ 112,4 milhões. Além disso, a dívida da Comcap cresceu de R\$ 392 mil em 2012 para R\$ 32 milhões no ano passado e a previsão de déficit para o fim de 2015 é quase R\$ 70 milhões.

Apesar do clima de descontração, a mulher não sabe como agir, “ai que vergonha, moço”. Oscar solta o freio de mão. Lá atrás, os três se ajustam: Lidimar divide o espaço do bagageiro com os sacos de lixo, apoiando-se com a mão esquerda na parede, os pés “sapateando” no líquido preto que enche o piso. Paulo e Rudinei vão na rabeira. Quando o motorista embala na descida, os três se divertem: “tá doido, esse aí”, “ó Oscar, vai com calma, menino”, “vai derrubar nós aqui”.

Talita Burbulhan  
talitaburbulhan91@gmail.com  
Colaboração de JÚLIA ROHDEN





Estima-se que cerca de 400 pessoas estejam vivendo nas ruas e casas de acolhimento da capital catarinense, mas este número registra um aumento entre dezembro e fevereiro

CIDADE

# Violência e preconceito nas ruas

Movimento denuncia as agressões sofridas pelos moradores em situação de rua de Florianópolis

Com um PIB per capita de R\$ 29.122,65 (IBGE 2012) e o melhor Índice de Desenvolvimento Humano entre as capitais brasileiras, Florianópolis é projetada ao mundo como uma terra de oportunidades, entretanto, por trás de toda essa propaganda turística existe uma cidade que negligencia os problemas enfrentados pela população em situação de rua. Marginalizados e dispostos de políticas públicas restritas, homens e mulheres sofrem com a violência e enfrentam o preconceito de uma parcela significativa da sociedade. Mais do que descumprir a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o município de Florianópolis fere a Constituição Federal, através do Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que trata da Política Nacional para a População em Situação de Rua, e estabelece, como prioridade, o respeito à dignidade da pessoa humana.

Atualmente estima-se que cerca de 400 pessoas estejam vivendo nas ruas e casas de acolhimento da Capital catarinense, mas este número registra um aumento substancial durante a alta temporada, entre os meses de dezembro e fevereiro. O POP (Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua), é mantido pela Prefeitura de Florianópolis e conta com um serviço de abordagem social, que identifica e cadastra os indivíduos em situação de rua, levando-os para serem atendidos na unidade.

O Centro POP conta ainda com um serviço especializado de convivência,

localizado nas dependências da Passarela do Sambo Nego Quirido, que oferece três refeições diárias (café da manhã, almoço e café da tarde) e permite que o usuário possa fazer a sua higiene pessoal. O Centro também presta atendimento psicossocial, buscando promover a aproximação do indivíduo junto à família e sua reinserção social, e auxilia no atendimento a diversas demandas da população, como a obtenção de documentos, transporte para a cidade de origem àqueles que desejarem regressar e encaminhamento para o albergue municipal ou casas de acolhimento.

Apesar dos benefícios oferecidos, o Centro POP ainda é uma alternativa restrita por conta do número de atendimentos

que realiza: apenas 100 refeições são oferecidas diariamente, e do período de funcionamento, não operando durante a noite nem nos finais de semana. De acordo com Maiara de Abreu Stuepp, coordenadora do Centro POP, 21 profissionais trabalham no local, que chega a atender 800 pessoas por ano. Ela destaca que um censo está sendo realizado para identificar o número exato de pessoas em situação de rua em Florianópolis. Atualmente a Secretaria Municipal de Assistência Social conta com 60 vagas em duas casas de acolhimento e 50 leitos para pernoite no albergue municipal.

Para o grupo Movimento Pop Rua, as

políticas públicas oferecidas na Capital excluem e “destroem o que sobra de dignidade daqueles que estão nessa situação”, afirma Daniel Paz dos Santos, coordenador estadual do Movimento Pop Rua. O movimento denuncia a violência sofrida pela população em situação de rua, em Florianópolis e os excessos da Guarda Municipal. “A atuação da ROMU (Ronda Ostensiva Municipal) é regrada com muita violência. Se você reclama eles te humilham e a noite a repressão é ainda maior”. De acordo com Santos, todos os crimes de furto que acontecem na cidade

são creditados à população de rua, que já sofre com o estigma de ser rotulada como usuária de drogas. Ele afirma que o

percentual de usuários de drogas entre a população em situação de rua gira em torno dos 25%.

De acordo com a Guarda Municipal de Florianópolis, o uso da força é realizado apenas quando há excessos, seja nas ruas ou no Centro POP, e as ações para conter este tipo de incidente buscam sempre preservar a integridade do indivíduo. Alex Silveira, subcomandante, afirma que é dever da Guarda Municipal zelar pela segurança dos cidadãos e dos assistentes sociais que trabalham no Centro POP. Ele relata que muitos profissionais sofreram agressões por indivíduos sob o efeito de drogas e cabe aos oficiais

conter os agressores e tomar as medidas cabíveis. Silveira pontua ainda que a Guarda Municipal conta com uma ouvidoria, onde qualquer cidadão pode realizar sua denúncia, e uma corregedoria, que tem o dever de apurar as denúncias.

Daniel lamenta a situação degradante enfrentada por muitos indivíduos que sobrevivem através dos restos deixados pela população. “O mais triste dessa situação é você ver pessoas tendo que revirar lixo para poder se alimentar e ainda assim tendo que disputar com os ratos. Em setembro um companheiro foi mordido por um rato ao procurar comida dentro de um container, perto da Ponte Hercílio Luz”. Ele pontua ainda, que “a violência aos direitos humanos começa a partir do momento em que você não é tratado como ser humano. A sociedade trata a população em situação de rua como sacos de lixo que ocupam o espaço público. A mão que alimenta é a mesma que bate”.

Ismael Fayçal Mohamed, antropólogo e articulador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, propõe estratégias para amenizar o sofrimento desses indivíduos e reintegrá-los ao sistema social. “Seria muito mais prático e efetivo se o poder público incluísse a população em situação de rua através da capacitação, utilizando sua mão-de-obra. Essas pessoas poderiam contribuir com a conservação do espaço público, a realização de obras de contenção e tantas outras ações indispensáveis para a sociedade”. Ele defende que apenas a adoção de políticas de médio e longo prazos

**“A SOCIEDADE TRATA OS MORADORES DE RUA COMO SACOS DE LIXO. A MÃO QUE ALIMENTA É A MESMA QUE BATE”**



### Em busca de oportunidades

Sentado em frente à Praça XV de Novembro, Ademar Antônio dos Santos (51) aguarda pela distribuição de almoços, que acontece todos os domingos no salão da Igreja Matriz no Centro de Florianópolis. No início deste ano, ele saiu de Chapecó para trabalhar em Rio do Sul, cidade onde mora seu filho, mas no mês passado uma enchente acabou destruindo os poucos móveis que tinha, então decidiu vir buscar uma vida melhor na Capital catarinense. Não encontrando trabalho nem oportunidades, o pedreiro foi parar nas ruas de uma das cidades mais ricas do país.

Com a expressão cansada, ele conta que todos os dias sai do albergue municipal, onde passa as noites, em busca de emprego, mas sofre com o preconceito de quem teme dar trabalho a um morador de rua. "Toda noite eu deito e choro por estar nessa situação. A maior vergonha da minha vida é pedir, mas a última coisa que farei na minha vida é roubar. Prefiro morrer que roubar". Santos perdeu tudo, mas mantém-se apegado aos seus valores. Mesmo numa situação tão difícil, ele elogia a beleza de Florianópolis, mas desaconselha aqueles que pensam em vir se aventurar na Capital do Estado, pois para ele a terra de oportunidades que a imprensa divulga é pura ilusão.

Santos afirma que nunca sofreu violência nas ruas e acredita que isso se deve por não ser usuário de drogas e buscar sempre ficar no albergue municipal. De segunda a sexta-feira ele utiliza os serviços prestados pelo Centro Pop, mas nos fins de semana só se alimenta quando consegue juntar

algum dinheiro de doações ou quando recebe comida de alguma ONGs ou instituição social. O pedreiro busca conseguir junto a Prefeitura, a doação das passagens para voltar a Chapecó, mas enfrenta a burocracia e a lentidão do serviço público.

### Juntos apesar das dificuldades

O casal Laurita Vieira (48) e Antônio Célio (47) vive nas ruas de Florianópolis há pelo menos um ano. É domingo e o casal, assim como dezenas de pessoas, também aguarda, em frente à Catedral Metropolitana, a distribuição de almoços. Levando juntos de si os poucos pertences que possuem e uma barraca onde passam a noite, eles afirmam que esta é a única forma de evitar os furtos que já sofreram algumas vezes.

Laurita é natural de Florianópolis, tem sete irmãos e três filhos, e durante muito tempo morou com a mãe. Conheceu Célio quando ele veio de Porto Alegre para trabalhar em terras catarinenses. Apaixonaram-se e após algum tempo foram morar

em Tramandaí, no litoral do Rio Grande do Sul. Viveram lá por quase 20 anos. Antônio era funcionário público e trabalhava fazendo o calçamento das ruas da cidade. Após perder o emprego e a mãe de Laurita adoecer, eles decidiram voltar a Florianópolis e ir morar com a mãe dela.

Após três meses se dedicando aos cuidados da mãe, conflitos familiares fizeram com que Laurita e Antônio fossem morar na rua. Ela recebe a ajuda da filha, que mora no Pantanal, para fazer sua higiene e se alimentar, mas Antônio prefere utilizar os serviços prestados pelo Centro POP. Eles escolheram não dormir no albergue, pois dizem que a quantidade de pessoas é muito grande e não conseguem descansar. Ambos decidiram dormir numa barraca, que armam embaixo das marquises da Capital.

Laurita e Célio dizem que nunca sofreram violência e não passam fome, mas o auxílio da Prefeitura é insuficiente. Para conseguir algum dinheiro, ele tem cuidado de carros no Centro de Florianópolis e é desta forma que sustenta o único vício que possui: o cigarro. Contam com a ajuda da Igreja e afirmam que já conseguiram as passagens para voltar a Porto Alegre, onde poderão receber ajuda de parentes para se reerguer. Decepcionado com a falta de oportunidades e as dificuldades que enfrentam, o casal afirma que jamais deveria ter saído de Tramandaí. ☹

Célio e Laurita dizem que jamais deveriam ter saído de Tramandaí, cidade do litoral do Rio Grande do Sul



**"A MAIOR VERGONHA DA MINHA VIDA É PEDIR, MAS A ÚLTIMA COISA QUE EU VOU FAZER É ROUBAR"**

## Voluntariado é tudo para quem precisa

Apesar de serem ignorados por uma parcela significativa da sociedade, a população em situação de rua conta com a ajuda de pessoas que não medem esforços para minimizar o seu sofrimento de quem não tem um teto. Buscando um objetivo para seguir a vida e ajudar aqueles que mais precisam, Ângela Olinda Dalri (57) começou, em fevereiro de 2008, a servir sopa de feijão e pães à população em situação de rua, no Centro de Florianópolis, nos feriados e fins de semana. Mesmo dispondo de algumas doações, ela precisa comprar parte dos ingredientes necessários para fazer a sopa que chega a ser servida para até 140 pessoas. O trabalho de Ângela consiste em muito mais do que alimentar a população das ruas. Permite também ouvir os relatos e conversar com aqueles que foram

silenciados e se tornaram invisíveis para a sociedade.

Atualmente, Ângela acolhe 16 pessoas no Espaço Pixuru, um local que abriga, principalmente, haitianos em situação de rua recém chegados a Florianópolis. Além dos documentos necessários para a sua regularização no país, o Espaço os ajuda a buscar emprego e desta forma serem inseridos no mercado de trabalho. "Além da vulnerabilidade social, esses indivíduos sofrem com o preconceito e a xenofobia, o que torna sua situação ainda mais delicada que a dos brasileiros em situação de rua". As pessoas que desejam iniciar um trabalho voluntário, Ângela recomenda que o façam com o coração e por vontade própria, pois aqueles que acolhem alguém em situação de rua recebe muito afeto e respeito.



A população em situação de rua recebe auxílio de pessoas que não contabilizam esforços

Laura Prada  
lmpm134@gmail.com  
Valmor Neto  
valmorneto88@gmail.com



# Liberdade para curtir a praia

Há 25 anos, praia é reduto desse estilo de vida que prega respeito e retorno à natureza

A equipe de reportagem do *Zero* foi à Praia da Galheta ver qual é o comportamento das pessoas em um lugar onde o nudismo é permitido. O dia estava propício. Era sábado e a temperatura beirava aos 30 graus. Durante as três horas em que os repórteres permaneceram na praia, percebeu-se o respeito entre os frequentadores. Cerca de 200 pessoas passaram pelas areias da Galheta e não mais do que 25% estavam sem roupa. A maioria dos praticantes é do sexo masculino, já que, das cerca de 50 pessoas nuas, apenas quatro eram mulheres – e, mesmo assim, somente os seios estavam expostos.

Na visão de Mara Freire, secretária da Associação Amigos da Praia da Galheta (Agal), a frequência masculina é maior porque o homem se sente mais à vontade e é mais curioso a respeito da sexualidade. Já as mulheres preferem ir acompanhadas, por medo: “Com roupa e na rua, a mulher já se sente desprotegida.” Ela acrescenta que a Galheta é bastante frequentada por homossexuais do sexo masculino, pelo fato de se sentirem acolhidos no lugar.

Uma das partes mais atrativas do local é a bica que traz água do meio das rochas da montanha. No local, havia uma fila de pessoas para se banhar e tomar a água, límpida e refrescante. Debaixo da mangueira, um casal – ele completamente nu e ela com os seios de fora – que se banhava, chamou a atenção. Os repórteres resolveram ir até lá e fazer uma entrevista. Eles aceitaram, mas com uma condição: alguém teria que tirar a roupa. O repórter Valdo Santos topou o desafio.

O arquiteto Alex Cabral, de 31 anos, e a pedagoga Helena Gastaldi, 27, ambos do interior paulista, estavam visitando Florianópolis

pela quinta vez e foi justamente na Galheta que praticaram nudismo pela primeira vez: “Foi exatamente aqui, entre esta pedra e a bica d’água, que começamos a tirar a roupa, durante a primeira passagem pela cidade.” Quem teve a iniciativa foi Cabral. Helena decidiu tirar o sutiã apenas na segunda visita ao lugar.

A Galheta foi oficializada como local naturista na década de 1990 pela Federação Brasileira de Naturismo (FBrN). O nudismo é um conjunto de princípios que preconizam

“EU TIRO A ROUPA E PRATICO MEU EXERCÍCIO POR TODA A EXTENSÃO DA AREIA E NINGUÉM FICA CONSTRANGIDO”

um estilo de vida que se baseia no retorno à natureza. Todo praticante deve apresentar autorrespeito, respeito pelo próximo e cuidado com o meio ambiente. A vida ao ar livre e o consumo de alimentos naturais são ideias defendidas, bem como a prática do nudismo. “A nudez total é vista como uma forma de contato com a natureza e sem conotações sexuais ou morais”, aponta Mara Freire.

Após correr 50 minutos vestindo apenas óculos escuros, Carlos Tavares, de 42 anos, esperava a fila diminuir para beber a água da bica. Ele conta que na Galheta todos se respeitam. “Desde a primeira vez que vim nesta praia, em 1999, nunca vi nada de anormal”. As pessoas podem estar com ou sem roupa que não há problemas. “Veja o exemplo daqueles

senhores e daquela família. Eu tiro a roupa e pratico o meu exercício por toda a extensão da areia, e ninguém fica constrangido”.

No litoral catarinense, além da Galheta, outras duas praias são consideradas oficialmente de nudismo – a Praia do Pinho, em Balneário Camboriú; e a Praia de Pedras Altas, no município de Palhoça. Em todo o país, esse número chega a oito. Ou seja, quase a metade das praias para nudistas no Brasil está localizada em Santa Catarina.

Na Praia do Pinho, as regras de comportamento acontecem de maneira mais rígida. Com exceção de uma pequena faixa de areia de “adaptação”, na maior parte dos quase 500 metros de orla, a nudez é obrigatória. Combinando com a famosa letra do Ultraje a Rigor, na primeira praia oficial de nudismo brasileira, “pelado todo mundo fica, todo mundo é”.

## Código de Ética do Naturismo

No dia 7 de dezembro de 1996, a FBrN criou um índice do nudismo brasileiro. De acordo com as regras de conduta estabelecidas, não pode haver constrangimentos através de assédio e da prática de atos sexuais ou gestos obscenos. Ninguém pode se portar de maneira desrespeitosa ou discriminatória com outros naturistas ou demais frequentadores da praia.

Por outro lado, fazer fotografias ou vídeos é permitido, desde que haja o consentimento daqueles que estão sendo expostos. ☺

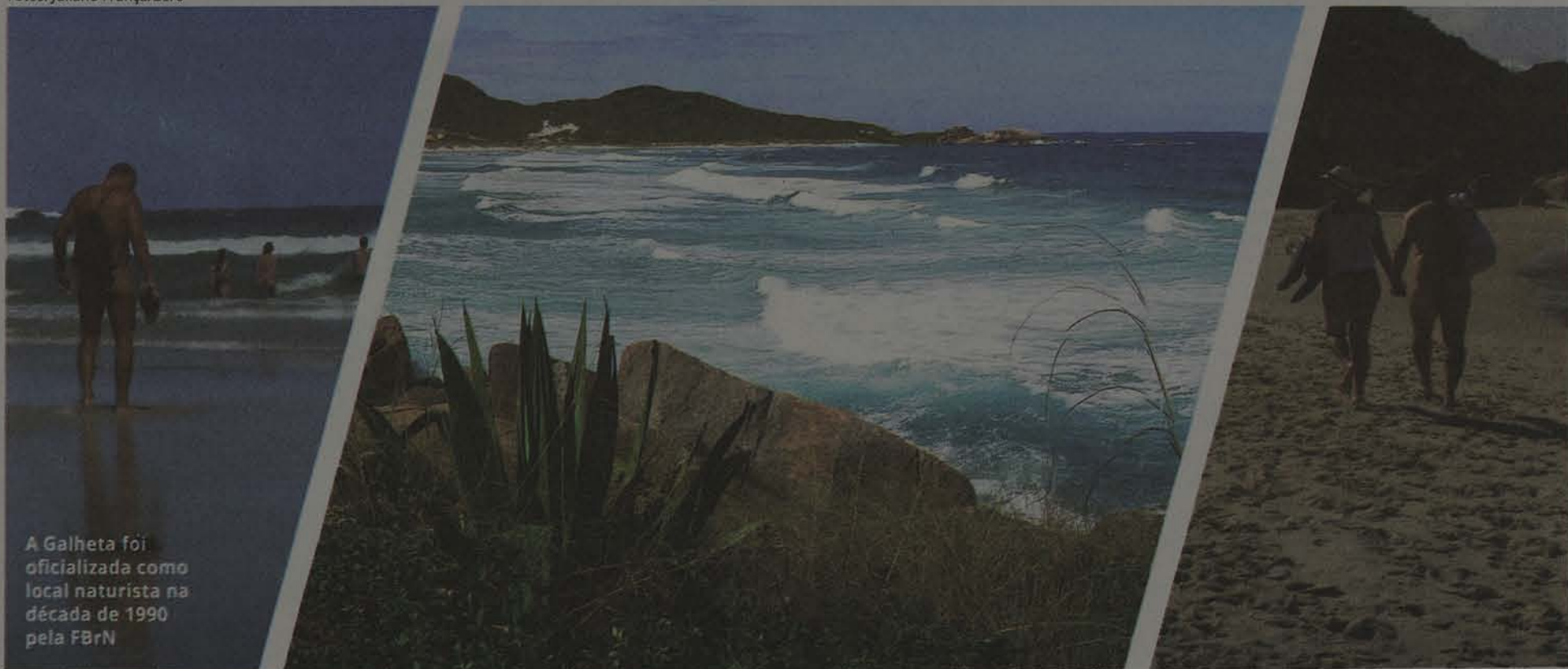
Juliano França

jdejuliano@hotmail.com

Valdo Santos

reportervaldosantos@gmail.com

Fotos: Juliano França/Zero



A Galheta foi oficializada como local naturista na década de 1990 pela FBrN





Acervo/Passoaal

Jocarly e Iriani Coutinho e Letchely Macedo optaram por aguardar o casamento para terem relações sexuais



Sarah Lais/Zero

## “A proposta é ensinar a lidar com seus desejos”

O pastor Nelson Junior é fundador do EEE. Criou a campanha no Espírito Santo em 2011 e atua com jovens há cerca de 20 anos

### 1. Como teve a ideia de começar a campanha?

Com 12 anos decidi me guardar sexualmente até o casamento. Como adolescente e, principalmente, como homem, descobri que não era uma decisão fácil. Além dos meus hormônios aflorados precisei lidar com as pressões na escola, no trabalho, em família e com amigos. Trabalho ajudando e aconselhando jovens e adolescentes há 22 anos e descobri que as lutas, dúvidas e conflitos deles eram os mesmos que o meus. Meu desejo era fortalecer, orientar e dar um apoio para aqueles que esperam até o casamento para viverem suas experiências sexuais.

### 2. Quem pode participar da campanha?

O EEE é muito mais que um movimento pró-castidade. Tratamos a importância de se viver uma vida sexual e emocional de forma pura e santa. Nós cremos que vale a pena esperar pela vontade e direção de Deus em todas as áreas de nossas vidas, inclusive na área sentimental, emocional e sexual. Isso não se limita às pessoas virgens. Todas as pessoas que em alguma época de suas vidas perceberam que seria melhor esperar e ouvir a voz de Deus, do que fazer as suas próprias vontades podem escolher esperar.

### 3. Já que não pode ter relações sexuais antes do casamento, a pessoa pode se masturbar?

A proposta é ensinar a lidar com seus desejos, não trazer medidas paliativas. A masturbação é uma experiência sexual.

### 4. Quem não é evangélico pode participar da campanha?

Existem milhões de jovens católicos que escolheram esperar. Frequentam nossos seminários, compram nossos livros e acreditam na Campanha. Existem muitos seguidores que não são evangélicos, mas escolheram esperar por convicções pessoais ou princípio familiar.

## COMPORTAMENTO

# Campanha orienta jovens para abstinência de sexo

O movimento “Eu Escolhi Esperar” atua desde 2011 no Brasil

**V**ocê já ouviu falar do grupo Eu Escolhi Esperar (EEE)? Apesar da liberdade sexual dos dias atuais, ainda há pessoas que escolhem esperar o casamento para ter sua primeira experiência com o parceiro, ou parceira. Não são apenas jovens que participam do movimento, pessoas de todas as idades ainda escolhem casar virgens.

O casal Jocarly Coutinho, 30 anos, e Iriani Coutinho, 25 anos, estão casados há pouco mais de um ano e ambos se mantiveram virgens até o casamento. “Oportunidade nunca faltou, mas sempre tivemos dentro de nós esse desejo de esperar o casamento”, conta Iriani.

O grupo não é destinado apenas para casais. Letchely Macedo, 18 anos, é solteira e ainda está avaliando os pretendentes. “Quero namorar com a pessoa certa, esse negócio de ficar sofrendo por amores errados não é comigo”, ressalta, rindo.

O EEE é uma campanha cristã que atua em duas áreas específicas: se-

xualidade e vida sentimental. O movimento tem o objetivo de encorajar, fortalecer e orientar principalmente adolescentes e jovens sobre a necessidade de viver uma vida sexualmente pura e emocionalmente saudável, valorizando a importância de saber esperar a pessoa, a forma e o tempo certos para viverem grandes experiências.

Hoje, a campanha que iniciou com fundamentos cristãos, já vai além dos seguidores dessa religião. Algumas pessoas simplesmente escolhem esperar o casamento, pois acreditam que dessa forma terão uma vida sentimental mais pura e sadia. Para os participantes do EEE, o movimento vai muito além de manter a virgindade: a campanha trabalha com pureza, preservação sexual e integridade emocional, encorajando as pessoas a buscarem relacionamentos saudáveis e duradouros.

Apesar de terem quase três milhões de seguidores na página do Facebook, nem todos que seguem o EEE realmente escolheram esperar para ter relações sexuais depois do casamento. “muitos acompanham por se identificar com outras questões que tratamos e orientamos, tal como ter um amor para a vida inteira, casamento, família, filhos e o compromisso” ressaltou o pastor Nelson Júnior. ☺

### Perguntas mais frequentes

#### Eu não sou virgem, posso esperar?

Sim, há muitas pessoas que depois de terem várias decepções amorosas optam por esperar o parceiro verdadeiro. Podem fazer parte do movimento quem simplesmente se abstem do sexo enquanto não estiver casado.

#### Posso namorar uma pessoa que não faz parte do movimento?

Pode. Se você deseja continuar firme no seu propósito, é necessário que o companheiro saiba as condições que escolheu para um relacionamento sério. É bom deixar isso claro antes de começarem o namoro.

#### O que pode rolar no namoro?

Tudo é permitido, exceto sexo e provocações que podem levar ao ato. Esse nível de intimidade só é permitido depois de casarem.

#### Já tivemos relações sexuais, ainda podemos esperar?

Sim. Se for o que ambos desejam, não há problemas do casal diminuir o nível de intimidade sexual.

Sarah Lais

srt.sarahlais@gmail.com



# Filme expõe vida dupla de religiosos

Documentário revela comportamento homossexual de padres e pastores em mais de 30 países

**V**ós julgai segundo a carne; eu a ninguém julgo" (JOÃO 8:15): é com este versículo bíblico que começa o trailer do documentário **Amores Santos**, com previsão de estreia para janeiro de 2016. Gravado durante sete meses e ainda em fase de finalização, o filme tem chamado atenção no Brasil e no exterior por prometer cenas que revelam a hipocrisia do discurso religioso em relação à homossexualidade. O longa, que inicialmente pretendia tratar do impacto da homofobia na parcela mais jovem da população, acabou seguindo outro caminho durante o processo de apuração. Para conversar com os religiosos pela internet, um ator foi contratado para se passar por um jovem homossexual em busca de auxílio. "Mas, ao invés de ouvir uma condenação ou um sermão, ele acabava ouvindo cantadas", conta **Dener Giovanni**, jornalista e diretor do filme. Entre os 5 mil entrevistados, além dos religiosos com quem o ator interagiu e que tiveram suas identidades preservadas, o documentarista também colheu depoimentos de especialistas sobre o assunto. Ao lado você confere a entrevista que o Zero fez com Giovanni sobre a produção e a repercussão do documentário.

Matheus Faisting  
mfaisting@gmail.com

**ZERO:** Quais foram os fatos mais chocantes que os entrevistados revelaram?

**Dener Giovanni:** Eu posso dizer que os fatos são absurdos. Durante a gravação, aconteciam situações que a gente realmente ficava até sem saber como se portar diante daquilo. Não posso entrar em detalhes, mas adianto que são cenas que vão chocar as pessoas. Por exemplo, no *teaser* do filme você pode ver um bispo levantando a batina e mostrando a calcinha vermelha. Um ex-padre entrevistado também revelou casos de religiosos que se utilizavam de drogas, como cocaína e heroína, para conseguir sexo com jovens. Ele disse que esses religiosos preferiam dar a droga do que dar o dinheiro, porque a droga viciava e eles tinham ali sempre à mão o controle da pessoa.

**Z** A bancada evangélica é a principal opositora política dos direitos LGBT no Brasil. Você teve dificuldades para entrevistar pastores evangélicos?

**DG:** Com os padres foi mais fácil porque eles tinham liberdade para fazer o sexo virtual dentro de casa, afinal, não são casados e moram sozinhos. A maioria dos pastores usava o celular, porque precisavam ficar escondidos. O pastor normalmente tem esposa e filhos, então era sempre escondido na garagem, no quarto da empregada, no banheiro, o que dificultava a gravação. Mas serem casados e terem família não os impediu de terem práticas homossexuais.

**Z** Você tem recebido ameaças por causa do filme?

**DG:** Depois que divulgamos o filme, a gente não acessou nenhuma das páginas que usava. E eu nem quero acessar porque acredito que todos os entrevistados já devem estar sabendo. A gente vê alguns comentários agressivos na internet, mas não recebemos ameaças diretamente. Estamos cientes dessa possibilidade, até porque estamos falando de forças muito poderosas da sociedade, de religiões que tem um peso muito grande. Mas depois que o filme vier a público, eles não vão poder se esquivar. Vão ter que se posicionar e vão ter que falar sobre o filme porque o que a gente vai mostrar realmente vai abalar a estrutura e o discurso deles.

**Z** Mostrar essa realidade pode aumentar ainda mais a homofobia dentro de setores religiosos?

**DG:** Não acho que vai aumentar uma coisa que já é grande e prejudicial. Acho que, pela primeira vez, as pessoas vão ter a oportunidade de ver a enorme hipocrisia que existe por trás deste discurso. O que a gente vê no dia a dia é que as pessoas que têm esse discurso homofóbico talvez

não tenham uma noção exata das consequências disso para a sociedade. É um discurso que gera ódio, violência, desagregação familiar, tentativa de suicídio, e isso vai estar mostrado claramente no filme.

**Z** Em 2013, o jornal *Independent* revelou que o Vaticano teria gasto mais de R\$ 58 milhões em apartamentos de um prédio que abriga a maior sauna gay da Europa. Você acredita que episódios como este acontecem sem o conhecimento do alto clero?

**DG:** Eu não acredito que seja um caso isolado ou uma exceção. É generalizado. Inclusive, uma das pessoas que

nós entrevistamos, um ex-funcionário do Vaticano e teólogo respeitado chamado David Berger, afirma que existem membros da cúria romana que mantêm apartamentos para fim de sexo com rapazes. Acredito que no mínimo existe uma conivência, seja por omissão ou por qualquer outro motivo. Eu não estou, em momento algum, condenando nenhum desses religiosos por fazerem sexo. Estou levantando a discussão sobre a distância que existe entre o discurso e a prática, para mostrar que por trás de um discurso de ódio existe a mesma prática que eles condenam em público.

**Z** O caso de Krzysztof Charamsa, sacerdote polonês que se assumiu homossexual e acusou a igreja de ser homofóbica, teve grande repercussão na mídia este

ano. O posicionamento dos entrevistados é parecido com o dele?

**DG:** Os religiosos que interagiram com o ator afirmam realmente que há essa orientação em relação ao discurso homofóbico. Mesmo sendo gays, eles se sentem pressionados a repetir este discurso. Eles vão para o altar e pregam que isso é pecado, que isso é imoral, mas no fundo eles não acreditam em nada disso. Tanto que existem muitos que são de fato homossexuais e levam uma vida absolutamente sexual por debaixo da batina.

**Z** O Papa Francisco tem se mostrado menos conservador do que o de seus antecessores em relação aos homossexuais. Você acredita que isso possa ser um sinal de mudança?

**DG:** Eu acho que este é um discurso ainda mais perigoso. David Berger, inclusive, fala que o Papa é suave nas palavras, mas duro nos gestos. É uma tentativa de amenizar o discurso, mas na prática tudo continua igual. Isso é muito perigoso porque, quando você tem um Papa que não tem o carisma do Francisco, como era o caso do Bento XVI, é muito mais fácil enfrentá-lo. Mas quando o mal está travestido de anjinho, as pessoas acreditam naquela bondade. Por trás, não existe nenhum avanço da igreja. Até hoje o Vaticano não aceitou a indicação do embaixador francês no país pelo simples fato de ele ser gay, por exemplo. Então, que discurso é esse? ☹



Dener Giovanni, jornalista que dirigiu *Amores Santos*

**"AO INVÉS DE OUVIR UMA CONDENÇÃO OU SERMÃO, ELE (ATOR CONTRATADO) ACABAVA OUVINDO CANTADAS DOS PADRES"**



Matheus Faisting/Zero